

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 127/XII/ 3.ª SL

Aos 04 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Apreciação de Parecer:

- Proposta de Resolução nº 62/XII/2ª - "Aprova o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 24 de julho de 2008".

Deputado Relator: Feliciano Barreiras Duarte (PSD).

3. Aprovação da Ata da reunião n.º 125, de 21 de janeiro de 2014.

4. Outros assuntos.

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião começando por informar que enviou carta ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros propondo que fosse retomada a prática de audição de Embaixadores antes da colocação em novo posto, tendo recebido resposta informando que é intenção do Ministério indicar à Comissão as próximas nomeações, para este efeito, logo que estejam concluídos os respetivos processos. Deu ainda conhecimento do programa da Conferência "As relações Portugal América Latina", que se realizará no próximo dia 11 de março. Trata-se de uma iniciativa conjunta com o IPDAL e que envolve ainda a Delegação da Assembleia da República ao Fórum Parlamentar Ibero-Africano e as Comissões de Economia e Obras Públicas e de Educação, Ciência e Cultura. Informou que foi recebida proposta de realização de colóquio parlamentar comemorativo do 35º aniversário do reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, apresentado pelo Presidente do GPA Portugal-China, Deputado Vitalino Canas.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 127/XII/ 3.ª SL

Informou ainda que a Comissão recebeu pedido de audiência da ONGD – Mundo a sorrir e propôs que os representantes desta organização fossem recebidos no próximo dia 19 de fevereiro, às 10:00. Deu também conhecimento que a Comissão recebeu informação, via Embaixador de Portugal em Argel, que nos próximos dias 19 e 20 de maio, será organizada reunião de deputados dos parlamentos da bacia do Mediterrâneo sobre emigração. A reunião será em Argel e está confirmada a presença de parlamentares de França e da Tunísia. Aguardam resposta de Itália e Portugal. Espanha e Marrocos não foram convidados porque os respetivos parlamentos não têm deputados eleitos por círculos de emigração. Houve acordo quanto à manifestação de interesse na organização desta reunião.

2. Apreciação de Parecer:

- Proposta de Resolução nº 62/XII/2ª - "Aprova o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 24 de julho de 2008".

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) apresentou o Parecer começando por referir que o primeiro impulso no processo de criação da CPLP foi dado em 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa já tinha sido suscitada por diversas personalidades. A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. Destacou os objetivos e princípios que regem a Comunidade e apresentou um breve retrato estatístico dos países que integram a CPLP. Prosseguiu fazendo uma breve descrição do mapa das estruturas de representação externa de cada um dos países que compõem a CPLP de forma a enquadrar melhor a matéria. Portugal e Brasil são os países com a maior rede de representação externa, logo seguidos por Angola. Concluiu referindo que esta iniciativa deverá incluir-se num conjunto diverso mas sequencial de iniciativas, que política e juridicamente, nos últimos quase vinte anos, têm vindo a merecer o impulso de vários órgãos de soberania dos países constituintes da Comunidade e dos principais órgãos da CPLP, atinentes à construção, daquilo a que podemos designar como o Direito da CPLP enquanto instrumento jurídico ou político, determinante para



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 127/XIII/ 3.ª SL

que os objetivos subjacentes à sua criação, sejam alcançados. Propôs a finalizar, que a Comissão aprecie este Parecer e, se aprovado, se proceda à votação em Plenário.

O Sr. Presidente deu os parabéns ao Sr. Deputado e passou a palavra à Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira (PS) que começou por felicitar o Sr. Deputado e sublinhar a qualidade do Parecer que retoma uma prática antiga desta Comissão, de elaborar um parecer informativo, habilitando os grupos parlamentares a pronunciarem-se sobre a matéria em apreciação. Recordou que, juntamente com o Sr. Deputado Ferro Rodrigues, integrava o Governo que institucionalizou a CPLP e considerava que se deveria ir mais longe, construindo um espaço jurídico comum e não apenas um acordo formal, mas um acordo que sirva para melhorar os indicadores de desenvolvimento humano. A questão, prosseguiu, é como vamos fazer a livre circulação e adotar normas facilitadoras da livre circulação de pessoas e produtos, convertendo tudo isto em algo que supere as formalidades e contribua para o desenvolvimento dos povos que se caracterizam pela lusofonia.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que gostaria de fazer algumas observações, tendo embora começado por destacar a qualidade do parecer e a importância do Acordo. Durante a apresentação do Parecer algumas questões ocorreram: existem diferentes estruturas consulares nos países da CPLP pelo que, considerou, seria interessante ter informação da rede consular de cada um dos Estados membros nos restantes. O Acordo foi estabelecido em 2008 pelo que seria interessante saber se outros Estados membros já o ratificaram. Referiu ainda que se tratava de cooperação a nível consular, o que vai implicar acréscimo de funções e algum tipo de formação e informação dos funcionários consulares.

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) disse, quanto à assinatura do Acordo, que a informação que obteve é que na última cimeira da CPLP, o Secretário Executivo pediu que os Estados membros impulsionssem a sua assinatura. Disse ainda que sentia da parte do Secretário Executivo da CPLP uma grande atenção à concretização de acordos deste tipo. Referiu também que é há muito solicitado o estatuto jurídico do cidadão lusófono de forma a permitir a mobilidade de pessoas e empresas. Importa assim proceder à harmonização do direito de cidadania dos

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 127/XII/ 3.ª SL

Estados membros da CPLP ou do direito de emigração e considerou que Portugal tem condições para liderar este processo ou dar o seu contributo.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.

3. Aprovação da Ata da reunião n.º 125, de 21 de janeiro de 2014.

A ata foi igualmente aprovada por unanimidade.

4. Outros assuntos.

O Sr. Presidente deu conhecimento que recebeu em audiência o Encarregado de Negócios do Equador, Dr. Erick Medina, que manifestou a sua pena por Portugal não ter Embaixada naquele país o que levou o Equador a fechar a Embaixada em Portugal. Deixou um dossiê com documentação relativa ao litígio que opõe aquele país à empresa Texaco e que irá ser enviada aos membros da Comissão.

A reunião foi encerrada às 16:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 fevereiro 2014.

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 127/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Helena Pinto
Jorge Rodrigues Pereira
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
António Rodrigues
Ferro Rodrigues
José Lino Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Gabriela Canavilhas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Laurentino Dias
Maria Manuela Tender

